

Deputados condenam a votação secreta

A votação secreta na apreciação dos vetos presidenciais também será objeto de análise na Comissão do Regimento Interno da Câmara. Apesar de norma constitucional, este tipo de processo é considerado ilegítimo e incompatível com a democracia por pelo menos dois deputados: Waldir Pires (PDT-BA) e Paulo Paim (PT-RS).

Os dois são autores de projetos de emendas constitucionais estabelecendo sua extinção. A proposta de Paim prevê a obrigatoriedade do voto nominal em substituição ao secreto. A de Pires ressalta a necessidade de “consolidação e transparência do processo democrático”. Para o ex-governador baiano, o eleitor só poderá acompanhar e avaliar o desempenho de seu representante no Parlamento na medida que o voto secreto deixar de existir.

A prestação de contas aos eleitores também é a justificativa de Paim para defender a extinção da forma secreta de votar. (S.B.)